

DIFERENÇA: O PARADIGMA DA EXCLUSÃO EDUCACIONAL PERANTE AS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

BATISTA, Ubiratan Augusto Domingues – UNICENTRO
e-mail: uadbatista@yahoo.com.br

Área temática: Educação: Diversidade e Inclusão.
Agência Financiadora: PIBIC-CNPq

Resumo:

Inúmeros teóricos têm debatido a inclusão de pessoas ditas “diferentes”, no contexto escolar. No entanto, para podermos compreender os inúmeros estigmas relacionados às pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE), torna-se necessário percorrer a trajetória dessas pessoas na história da Humanidade. Portanto ao fazer esse resgate histórico, constata-se a fatídica realidade de discriminação das pessoas com NEE, que segundo Ceccin (1997), foram considerados desde seres sub-humanos, à conseqüência do pecado, seguido de portadores do demônio, seres agressivos e perigosos e, por fim, indivíduos educáveis e carentes, que merecem a solidariedade e o apoio da população para serem inseridos no contexto social. O presente estudo resulta de uma pesquisa qualitativa, com base num estudo de caso e num aprofundamento bibliográfico, visando compreender o paradigma da exclusão educacional frente às pessoas com deficiência. Nesse sentido, para obter tal compreensão, foram estudados três casos, cujos participantes, identificados como: Pa, Pb, Pc, sofrem atitudes discriminatórias na escola. Tendo como pressuposto as análises coletadas mediante a presente pesquisa, percebemos que o combate ao preconceito é uma questão que precisa ser divulgada, estudada e propagada para que possibilite a erradicação de atitudes desabonadoras que resultem na deterioração da auto-imagem de suas vítimas, pois averiguamos que o preconceito não afeta somente o amor próprio do individuo como também fragmenta a visão de sua personalidade como ser humano, contribuindo para o isolamento e, conseqüentemente, para excluir tais indivíduos do contexto educacional e do convívio social. Sob essa ótica, caberá à escola unir-se com a família para poder ensinar a criança a se comportar e a não discriminar o diferente, internalizando valores e conceitos, esclarecendo e naturalizando a diferença, para que ela entenda que o seu irmão é diferente, assim como sua mãe, seu pai, seu colega com deficiência, seu amigo loiro, moreno, ruivo, ou outros.

Palavras-chave: Preconceito; Deficiência; Contexto Educacional.

Introdução

O presente artigo resulta de uma pesquisa qualitativa, com base num estudo de caso e num aprofundamento bibliográfico, visando compreender o paradigma da exclusão, frente aos alunos com necessidades educativas especiais, vistos sob a ótica de pena ou até mesmo, indiferença no contexto escolar. Tal estudo desenvolveu-se em escolas públicas do perímetro

urbano do Município de Irati-PR, onde foram estudados três casos, cujos participantes, identificados como: Pa, Pb, Pc, sofrem atitudes discriminatórias na escola.

Para a elaboração da mesma utilizou-se como instrumento para coleta de dados, observações diretas, seguidas de registro pelo próprio pesquisador, assim como diálogo informal com os participantes, entrevista com seus pais, colegas e com a equipe pedagógica.

Nesse sentido, primeiramente foi observado e estudado o caso de Pa, que pelo fato de ter uma significativa perda auditiva e dificuldades na fala, foi marginalizado pelos colegas que o discriminavam pelo fato de ter sua fala comprometida. No segundo caso foi investigada a história de Pb, aluno da 4ª série, de uma escola municipal que também sofre com a discriminação dos colegas, por não andar e precisar locomover-se com o auxílio de um skate. O 3º caso refere-se à investigação do Pc, aluno da 2ª série, que devido ao comprometimento da fala por um determinado atraso no desenvolvimento motor e intelectual, sofre com a exclusão das atividades em sala de aula, sendo discriminado pela própria educadora e também pelos alunos da classe.

Para melhor compreender as causas que levam a população a excluir as pessoas com necessidades educativas especiais do contexto social, faremos um breve resgate histórico da deficiência visando compreender as origens de determinados conceitos deturpados e alienados sobre as condições físico-intelecto-morais dos mesmos.

Uma síntese: compreendendo a exclusão sob alguns dados históricos

Ao analisar historicamente a presença de pessoas com NEE no contexto social, nos deparamos com uma cruel realidade de discriminação, marginalização e até mesmo de extermínio dessas pessoas em algumas civilizações, tais como na Grécia antiga, onde todo ser considerado “anormal” era eliminado ainda criança, pois a beleza e a perfeição eram as bases dessa civilização. Em Atenas, todos os homens deveriam ser perfeitos fisicamente para desempenhar da melhor forma possível seu papel de guerreiros e as mulheres, da mesma forma, deveriam ser saudáveis para que pudessem gerar filhos sadios e fortes.

Logo em seguida, conforme Bianchetti (1998), dentre os séculos V ao XV, vemos a discriminação que os “anormais” eram discriminados pela igreja, onde inicialmente todas as pessoas que apresentassem alguma deficiência seriam acusadas pela entidade religiosa como fruto de casais pecadores, que receberam um castigo Deus para pagar por seus pecados. Logo

em seguida, a igreja católica substituiu o conceito de “fruto do pecado” pela idéia de que os deficientes eram vítimas do demônio e que era obrigação da entidade religiosa exorcizar a vítima até levá-lo a cura. Sendo assim, esses seres eram aprisionados nos porões das igrejas e açoitados regularmente, a fim de expurgar o tal demônio.

Conforme o autor supracitado anteriormente, ao analisarmos a Bíblia “Sagrada”, nos deparamos com a história de Jesus Cristo, um homem extremamente bom e justo que curava todas as pessoas que lhe pediam ajuda, sendo que grande parte dessas pessoas apresentavam alguma deficiência. Porém, no livro sagrado cristão, não consta que inúmeros deficientes foram queimados pela “Santa” Inquisição Católica, embora nunca tenham sido encontradas provas desse abuso, sendo encontrados apenas documentos nos quais se utilizava o termo purificação pelo fogo.

Bianchetti (1998, p.32), exemplifica sua teoria reproduzindo algumas passagens bíblicas, a fim de explicar a intrínseca relação entre deficiência e pecado:

Em um milagre da cura de um cego de nascença, relata João (9:2), que ao verem o cego, os discípulos perguntaram a Jesus: “*Mestre, quem pecou, este ou seus pais para que nascesse cego?*” Igualmente ficam claros a segregação e ao mesmo tempo o fatalismo com que eram vistos os cegos e quaisquer outros que fugiam aos padrões estabelecidos como normais, na narração de Evangelhista Mateus (20:29-30) a respeito dos dois cegos de Jericó: “*Dois cegos assentados junto do caminho, ouvindo que Jesus passava, claramente dizendo: Senhor, tem misericórdia de nós. E a multidão os repreendia para que se calassem...*” (...) Por sua vez, esta passagem do evangelhista Lucas (11:14) mostra como o mudo e o demônio são confundidos: “*E estava ele expulsando um demônio, o qual era mudo. E aconteceu que, saindo o demônio, o mudo falou...*”

Tais exemplos nos fornecem subsídios para compreender o discurso utilizado pela igreja católica para estigmatizar e segregar o deficiente do convívio social, quando não, eliminá-lo na fogueira pela Santa Inquisição. Sendo assim, sob a perspectiva de Bianchetti, torna-se evidente que a igreja criou uma estrutura ideológica para justificar tais atitudes e adquirir o consenso da população para segregar e até mesmo assassinar essas pessoas.

A partir do século XVI, sob a ótica de Ceccin (1997), gradativamente, o deficiente foi sendo esquecido pela igreja e despertando interesse da medicina. No entanto, devido o contexto de discriminação e de tortura vivenciada pelo deficiente perante a entidade religiosa, ao ser estudado e de certa forma “libertado”, pela medicina; esta, acreditava que os deficientes não possuíam condições físico-intelecto-morais para conviver no âmbito social por serem agressivos e perigosos. Tais conceitos de agressividade, bem como de incapacidade e até

mesmo expressões ofensivas, como idiota, retardado, tongo, entre outros, surgiram nesse contexto histórico, com a medicina e perduraram até a sociedade atual. Pois tais pré-conceitos são transmitidos pela herança cultural e, por conseguinte, são repassados de geração à geração.

Breve histórico sobre a inclusão

Bem antes de surgir a terminologia inclusão, já havia profissionais da área da saúde pensando em tirar os deficientes segregados dos manicômios. A partir de muitos estudos, aos poucos, foi se comprovando a capacidade de socialização e aprendizagem das pessoas com deficiência.

No período pós Segunda Guerra Mundial, muitas pessoas foram feridas de tal forma a tornarem-se deficientes. Em detrimento desses acontecimentos, os países, em forma de agradecimento pelo esforço dos soldados, começaram a investir na socialização e reabilitação dos mesmos, obtendo grande êxito na melhoria de vida dessas pessoas e, em consequência desses fatos, a população começou a mudar a concepção que tinham sobre a deficiência e passou a dar maior crédito a elas.

Em 1970, após longas discussões sobre a problemática, muitos deficientes mentais puderam sair dos hospitais psiquiátricos e ser socializados, porém, o resultado não foi totalmente satisfatório, pois ainda hoje, há crianças com necessidades especiais que são segregadas em internatos do gênero ou são isoladas pelas famílias e tratadas como animais em casa e, muitas vezes, até amarradas.

Anos mais tarde, o termo inclusão constituir-se-ia numa atual manifestação social, que vem sendo difundida no âmbito social. Apenas em 1981 é que a concepção de uma sociedade inclusiva foi germinada pela ONU, onde se instituiu naquele ano como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), no qual vários países enfatizaram a importância da inclusão social e dos direitos do deficiente durante 365 dias.

Contudo essa terminologia que surgiu no início da década de 80, adquiriu força apenas em 1990 através da Assembleia Geral da ONU que instituiu a Resolução 45/91, com o propósito de criar uma sociedade para todos, atendendo às necessidades de todas as pessoas, independente de raça, classe social, deficiência, entre outras.

Na década de 1990 surge a Declaração de Salamanca, que reforça os direitos do deficiente à educação, onde governos de diversas nações se comprometem a garantir o direito à educação nos seus sistemas de ensino. Nessa declaração ficou que os governos trabalhariam com o deficiente nas escolas, oferecendo todo apoio possível e os incluindo no âmbito escolar, onde ele será alfabetizado, socializado e respeitado como cidadão, com características diferentes e singulares.

Conforme a Constituição Federal (BRASIL, 1988) TÍTULO VIII - Da Ordem Social, capítulo VII - da família, da criança, do adolescente e do idoso, art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Constituição Federal (Brasil, 1988), aliada à Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) constitui-se em uma poderosa arma no combate à discriminação do deficiente. Porém, poucas pessoas conhecem seus direitos devido à falta de divulgação. Portanto, uma alternativa plausível seria a divulgação e propagação dos direitos e deveres do cidadão, para que se possibilitasse a erradicação de atitudes preconceituosas que afetavam, não apenas a vaidade e o amor próprio de suas vítimas, mas também suas identidades e auto-estima, incidindo sobre os aspectos significativos de sua consciência.

A inclusão sob uma ótica deturpada

Inúmeras são as discussões referentes à inclusão. No entanto, a temática torna-se incompreendida por alguns educadores ao interligarem a inclusão ao processo de integração. O que se constitui numa visão deturpada de tais processos, pois integração resume-se na mera socialização do deficiente, no contexto educacional e na integração o deficiente é quem precisa adaptar-se a um sistema escolar já estruturado. Diferentemente da inclusão que implica numa drástica reformulação e adaptação curricular para que o alunado receba uma formação de qualidade e, conseqüentemente, possua todos os subsídios necessários à sua inserção total no convívio com a sociedade.

Segundo Serra (2006), promover a inclusão das pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas instituições escolares, se constitui somente numa pequena parcela desse

processo, pois a inclusão não só garante o acesso das pessoas no ambiente educacional, como também no mercado de trabalho e, conseqüentemente, no contexto social

Ao procurar compreender as dificuldades das pessoas com NEE, constata-se que grande parte das barreiras enfrentadas pelos mesmos, resulta de um mecanismo denominado por Bourdieu como herança cultural. Sendo assim, a criança recebe dos pais determinados valores socialmente criados e transmitidos de geração a geração. Sob essa ótica, tais preconceitos influenciam negativamente para a exclusão dessas pessoas.

Deste modo, de um lado as pessoas ditas “normais” recebem tais valores, que por si só, deturpam as reais condições dos deficientes com relação ao desenvolvimento de suas capacidades e potencialidades; assim como os ditos “diferentes” internalizam tais conceitos de incapacidade, o que resulta na fragmentação de sua identidade como pessoa, tal qual, aliena e exclui os mesmos do contexto social, fazendo-o sentirem vergonha do seu modo de ser.

O deficiente no contexto do ensino regular

Segundo os pesquisadores Santos e Paulino (2006) a inclusão está intrinsecamente ligada à exclusão, devido ao fato deste ser, em última instância, uma luta contra as exclusões. Sendo assim, a educação inclusiva tende a almejar e batalhar por uma socialização e interação social de todos os membros da comunidade.

No âmbito escolar, ambos os autores, questionam o currículo estabelecido nas classes regulares, nos quais há uma imposição de conteúdos e de uma cultura hegemônica estabelecida por uma classe dominante a fim de formar consciências fragmentadas.

Embora a escola, na perspectiva de Dayrell (1996), seja um órgão reprodutor dos valores estabelecidos por uma determinada classe, a fim de perpetuar o poder vigente e fragmentar a consciência das classes subalternas, a mesma também visa superar o senso comum utilizando a cultura erudita (saber científico) como objeto mediador no confronto com a cultura popular, transmitida pela família e pela igreja através dos mitos, das crenças religiosas e étnicas.

Para o mesmo, a escola deve ser um espaço de transmissão de valores éticos e morais, pois quando esses conceitos não são trabalhados nas novas gerações, instala-se a violência, tornando inviável a vida social, política e cultural.

Starobinas (2006) relata em sua obra que segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS), uma em cada dez pessoas no mundo possui algum tipo de deficiência, seja física, mental ou sensorial. Isso representa 10% da população mundial, ou algo em torno de 600 milhões de pessoas, o equivalente à população inteira do Brasil (162 milhões), Estados Unidos (267 milhões), Canadá (30 milhões) e Rússia (150 milhões) juntos, aproximadamente.

Se formos analisar nessa perspectiva, numa escola que possua 500 alunos, 50 deveriam apresentar algum tipo de deficiência, porém, será que esses dados se fazem presentes nas escolas? O contingente de cidadãos atingidos é muito expressivo e não pode ser desconsiderado por nenhum segmento da sociedade.

Ao obter esses dados questionamo-nos sobre onde estão esses 16 milhões de brasileiros com necessidades educacionais especiais? E respondemos que estão em casa, pois a falta de acessibilidade nos locais públicos, como ruas, estabelecimentos comerciais, entre outros, se faz presente no contexto social. Pois não há estrutura nas cidades para a inclusão dessas pessoas na sociedade, como se pode, portanto, comprovar a existência de certa rejeição aos deficientes.

Com base em Starobinas e na realidade das escolas observadas, percebemos que poucos são os alunos incluídos no ensino regular e, dentre eles, as três crianças já sofreram certas atitudes discriminatórias sofridas no âmbito escolar, tais como provocações verbais e agressões físicas. Além do mais, percebe-se que tais atitudes discriminatórias são encaradas com naturalidade por alguns professores e até mesmo pela direção das escolas observadas.

Nesse ambiente heterogêneo, marcado por leituras de mundo distintas, existe o que o autor nomeia como auto-imagem, caracterizado pelos estereótipos introduzidos e interiorizados nos alunos. Rótulos, estes que internalizam na consciência do aluno e contribuem para o fracasso escolar e, muitas vezes, profissional.

Com base nesse fenômeno, Gentili (2001, p.29) explica que:

(...) a exclusão é invisível aos nossos olhos. Certamente, a invisibilidade é a marca mais visível dos processos de exclusão neste milênio que começa. A exclusão e seus efeitos estão aí. São evidências cruéis e brutais mostradas nas esquinas, comentadas pelos jornais, exibidas nas telas. Entretanto, a exclusão parece ter perdido a capacidade de produzir espanto e indignação em boa parte da sociedade. Nos “outros” e em “nós outros”.

Sendo assim, sob a ótica de Gentili (2001) a escola deve tornar visível o que esse olhar normalizador oculta, podendo ajudar a compreender os fatores históricos que contribuíram na produção dessa barbárie e adotar uma pedagogia que valorize todas as pessoas, sem distinção de sexo, raça, deficiência entre outros. Ainda, deve adquirir uma consciência crítica e consciente, a ponto de lutar contra esses preconceitos culturalmente criados por uma população.

Para Amaral (1998, p.17):

O preconceito que, como a própria construção da palavra indica, é um conceito que formamos aprioristicamente, anterior, portanto à nossa experiência. (...) A atitude que subjaz ao preconceito baseia-se, por sua vez, em conteúdos emocionais: atração, amor, admiração, medo, raiva, repulsa... Os preconceitos, assim constituídos, são como filtros de nossa percepção, colorindo o olhar, modulando o ouvir, modelando o tocar... – fazendo com que não percebamos a totalidade do que se encontra à nossa frente.

Em consequência desses “conhecimentos prévios”, surgem os estereótipos, ou seja, os rótulos em relação ao deficiente físico, por exemplo, normalmente rotulado como revoltado, ou a criança com Síndrome de Down também rotulada de criança meiga e carente, entre outros.

Preconceito: uma realidade presente nas escolas?

Durante a investigação, constatou-se que nas duas escolas observadas, existe a prática habitual de atitudes discriminatórias, com relação aos participantes da presente pesquisa. Os mesmos são vistos como diferentes e muitas vezes assumem os papéis de “bobo da turma”. Observando as restrições e justificativas impostas pela escola, em relação à observação do Pa, afirmando não existir nenhuma atitude discriminatória, talvez seja esta a forma de negar o preconceito e a discriminação, tendo em vista o relato da mesma, ao afirmar que sofria discriminação apenas nos anos anteriores.

A postura dos professores observados, com relação à discriminação direcionada aos alunos pesquisados é de naturalidade, quanto ao estigma vivenciado pelos mesmos. O preconceito, nesses ambientes, existe de maneira velada, e muito bem justificado pelos professores da instituição que o define como sendo normal. Segundo eles, quando os alunos fazem qualquer alusão, não têm intenção de discriminar alguém; essas ações são, no máximo,

“brincadeiras inocentes de crianças”. Assim sendo, nenhuma ação contra essa prática estigmatizante está sendo formalizada nas escolas observadas.

O professor, ao orientar sabiamente as inter-relações dos alunos, no contexto da instituição, estará contribuindo na formação de uma cidadania saudável, o que proporcionará aos educandos o conhecimento dos valores éticos e morais que auxiliarão as crianças a tratar com dignidade todas as pessoas, levando-se em conta o respeito à diversidade.

Interessante observar o rumo que a pesquisa tomou devido a certos contratempos e impedimentos que a escola estadual proporcionou, pois a escola utilizou-se de inúmeros argumentos que impedissem o contato do pesquisador com o Pa e o Pb da pesquisa. Com o Pc, não houve resistência alguma por parte da professora e/ou da direção, embora tenha sido constatado que o sujeito era excluído das atividades desenvolvidas em sala de aula pela própria educadora.

Embora, de acordo com Serra (2006), a escola deva se adaptar ao deficiente, física e curricularmente, nas escolas observadas ocorre o contrário: os alunos é que devem se adaptar ao ambiente e ao currículo. Pb, por exemplo, devido ao fato de não ter os movimentos das pernas, sofre por não conseguir entrar na sala de aula sozinho, pois na escola não tem nenhuma rampa e todas as salas se localizam ou no segundo andar ou no subsolo. Sendo assim, ele depende do auxílio das serventes da escola, para que possa se locomover quando entra na sala ou sai da escola, pois existem degraus por toda parte. A acessibilidade é inviável; pois as condições da escola são de difícil transitividade, com inúmeros fatores que obstaculizam a liberdade de deslocamento, escadas, valetas, diferenças de nível do solo, entre outros.

No caso de Pc, ele não possui total controle das mãos, e também apresenta um atraso na sua aprendizagem, o que resulta numa exclusão das atividades estabelecidas pela professora, que alega não ter condições de esperar o menino.

Na escola municipal não há nenhuma sala de recursos para proporcionar aos alunos com dificuldades de aprendizagem, um reforço nos conteúdos e a interação família-escola é muito precária. Os pais são acionados apenas para ouvir reclamações da má conduta dos filhos, o que engendra em uma perda de estímulo e boa vontade dos mesmos, em participar dos assuntos relacionados à Instituição.

Problemas muito comuns encontrados nas escolas são as próprias atitudes discriminatórias sofridas pelos sujeitos e encaradas com naturalidade pelos professores e pela direção de ambas as escolas.

Salienta Queiroz (1995) que o preconceito e a discriminação constituem-se em práticas socialmente criadas, normalmente transmitidas de pais para filhos e conseqüentemente, perpetuando conceitos deturpados e negativos com relação a socialização do deficiente. Por fim, o mesmo afirma que o preconceito não é instintivo, ou seja, não nasce com a pessoa, e sim, surge de acordo com uma leitura de mundo culturalmente transmitida na família e/ou na comunidade em geral.

A fim de solucionar essa problemática nos espaços escolares, Werneck (1997) sugere aos docentes utilizarem a literatura infantil para combater ao preconceito, pois existem inúmeros personagens e histórias que oportunizam aos educadores abordar temas relacionados à valores com as crianças; tais como o saci, os anões da branca de neve, a bela e a fera, o patinho feio, o pinóquio, o curupira, o gasparzinho, entre outros.

Conforme a mesma (WERNECK, 1997, p.150') "estabelecida a ponte entre fantasia e realidade, a criança transitará por ela com sabedoria. Aos poucos, se habituará a elaborar seus pensamentos e suas sensações no âmbito das diferenças individuais."

Considerações Finais

Podemos concluir que o preconceito na escola, com relação a pessoas "ditas" diferentes, existe de maneira velada e muito bem justificada pelos alunos e pelos próprios professores da instituição. Portanto, uma alternativa plausível e que, em longo prazo, deverá se constituir na práxis do professor, seria a tomada de consciência de seu papel na sociedade. Como educador, ao orientar sabiamente as inter-relações no contexto da instituição, estará contribuindo com o esclarecimento das responsabilidades assumidas. Esse esclarecimento sendo oferecido pelo professor, refletir-se-á na formação dos educandos, como cidadãos críticos e conscientes de sua prática, bem como, poderá proporcionar a mediação de valores éticos e morais, que auxiliarão a criança a tratar com dignidade todas as pessoas; tendo o respeito à diversidade.

Sob essa perspectiva, aprender sobre artrite, diabetes, hemofilia, paralisia cerebral, lábio leporino, gagueira, dislexia, ostomia, dislalia, doença renal, epilepsia, paraplegia,

cegueira, surdez, Síndrome de Down, alergias alimentares, câncer e prevenção de deficiência, torna-se muito útil para a formação de um cidadão, pois essas informações fazem parte da construção de sua cidadania.

Assim, sob essa ótica, entendemos que a infância é a fase em que o indivíduo receberá boa parte dos valores éticos e morais que internalizará em sua personalidade; portanto, os pais devem estar conscientes de seu papel na vida da criança e em conjunto com os educadores. Devem instruir bem seus filhos quando ainda pequenos em relação ao respeito às diferenças e, em consequência dessa cultura, a criança irá se transformar em um cidadão íntegro e participativo, capaz de distinguir concepções deturpadas do real e não permitir que essas teorias se incorporem em sua visão de mundo ou prejudique sua própria identidade.

Enfatizamos então, baseados nessa perspectiva que a sociedade deve adaptar-se ao convívio com as diferenças, comungando da riqueza multicultural que se efetiva neste enriquecedor processo de interação. Agindo assim, escola e sociedade estarão oferecendo os subsídios necessários para o desenvolvimento intelectual e para a inserção do educando na escola, na comunidade e, principalmente no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação In.: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: Alternativas Teóricas e Práticas**. São Paulo. Summus, 1998.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos Históricos da Apreensão e da Educação dos Considerados Deficientes. In: BINCHETTI, L. FREIRE, I. M. (Horas.). **Um Olhar Sobre a Diferença: Interação, trabalho e cidadania**. Campinas-SP: Papyrus, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília. CORDE, 1994

DAYRELL, J. A escola como espaço sócio-cultural. In.: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos Olhares sobre Educação e Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

CECCIN, R. B. Exclusão e alteridade: de uma nota de imprensa a uma nota sobre a deficiência mental. In: SKLIAR, C. (Org.). Educação e Exclusão, abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997

GENTILI, P. A exclusão e a escola: O apartheid educacional como política de ocultação. In: GENTILI, Pablo & ALENCAR, Chico. Educar na esperança em tempos de desencanto. Petrópolis: Vozes, 2001

QUEIROZ, R. S. O que é preconceito In: QUEIROZ, Renato da Silva. Não vi e não gostei: um fenômeno do preconceito. São Paulo: Moderna, 5ª ed., 1995

SERRA, D. Inclusão e ambiente escolar. In.: SANTOS, M. P dos; PAULINO, M. M. Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.

SKLIAR, C. (Org.); CECCIM, R. B.; LULKIN S. A.; BEYER H. O. ; LOPES M. C. Educação e Exclusão, abordagens Sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 314 p.